

## Tribunal de Contas da União

### Dados Materiais:

Acórdão 558/96 - Segunda Câmara - Ata 29/96

Processo nº TC 349.059/94-2

Responsável: Edison Soares de Assis

Entidade: Prefeitura Municipal de Goianira - GO

Relator: Ministro Paulo Affonso Martins de Oliveira

Representante do Ministério Público: Walton Alencar Rodrigues

Unidade Técnica: SECEX/GO

Especificação do "quorum":

Ministros presentes: Adhemar Paladini Ghisi (na Presidência), Paulo Affonso Martins de Oliveira (Relator) e os Ministros-Substitutos José Antônio Barreto de Macedo e Lincoln Magalhães da Rocha.

### Assunto:

Recurso de Reconsideração em processo de Tomada de Contas Especial.

### Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial.

Considerando que, em razão da omissão na prestação de contas e ante a revelia do responsável, o Tribunal julgou as presentes contas irregulares, condenando o Sr. Edison Soares de Assis ao pagamento do valor de Cr\$ 84.608.470,00, acrescido dos encargos legais calculados a partir de 19.05.92, até a data do efetivo recolhimento, a teor do Acórdão nº 076/95-TCU-2ª Câmara;

Considerando que o responsável interpôs, tempestivamente, o recurso de reconsideração ora em exame; e

Considerando, ainda, que as razões do recurso foram suficientes para demonstrar a boa e regular gestão dos recursos públicos recebidos do Ministério da Saúde,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

1 - conhecer do recurso de reconsideração interposto pelo responsável, para, no mérito, dar-lhe provimento, nos termos dos arts. 32 e 33 da Lei nº 8.443/92;

2 - tornar insubsistente o Acórdão nº 076/95-TCU-2ª Câmara; e

3 - com fundamento nos arts. 1º, I, 16, II, 18 e 23, II, da Lei nº 8.443/92, julgar as presentes contas regulares, com ressalva e dar quitação ao responsável indicado no item 3 supra.

## RELATORIO Grupo I Classe I - 2ª Câmara

TC 349.059/94-2

Ementa: Recurso de Reconsideração contra o Acórdão nº 076/95-TCU-2ª Câmara, que julgou as contas irregulares e em débito o responsável, por omissão no dever de prestar contas. Notificado, o responsável interpôs, tempestivamente, recurso, oferecendo, a prestação de contas ausente, e comprovando a regular aplicação dos recursos geridos. Conhecer do recurso de reconsideração para, no mérito dar-lhe provimento, tornando insubsistente o Acórdão recorrido e julgando regulares as presentes contas, com quitação ao responsável.

1-Natureza: Tomada de Contas Especial

2-Entidade: Prefeitura Municipal de Goianira - GO

3-Responsável: Edison Soares de Assis

4-Ocorrência: Tomada de Contas Especial instaurada em face da omissão na prestação de contas dos recursos recebidos do Ministério da Saúde, mediante o Convênio nº 323/91, no valor de Cr\$ 84.608.470,00 (oitenta e quatro milhões, seiscentos e oito mil, quatrocentos e setenta cruzeiros), transferidos em 19.05.92, com o objetivo de equipar o Hospital Materno-Infantil do Município.

Em virtude da omissão das contas, e ante a revelia do responsável, o Tribunal julgou as presentes contas irregulares e condenou o Sr. Edison Soares de Assis ao recolhimento do débito, no valor dos recursos recebidos, nos termos do Acórdão nº 076/95-TCU-2ª Câmara.

Regimentalmente notificado, o ex-Prefeito solicitou, tempestivamente, a reconsideração do mencionado Acórdão, alegando, para tanto, que já houvera prestado contas dos recursos em questão, o que comprovou mediante a juntada de cópia do recibo de postagem (fls. 62), acompanhado da documentação relativa à prestação de contas (fls. 63/98).

A Ciset/MS, instada a se pronunciar sobre o recebimento e o mérito das contas, esclareceu que os recursos em comento tiveram boa e regular aplicação, e acrescentou, ainda, que a Prefeitura Municipal ofereceu a prestação de contas de apenas parte desse recursos.

O responsável, por seu advogado, ofereceu razões complementares ao recurso interposto (fls. 108/120), alegando que somente deixou de cumprir integralmente a aplicação da contrapartida, porque não houve a necessidade de fazê-lo (fls. 112), comprovando, pelo DARF de fls. 77, que a unidade devolveu aos

cofres da União a quantia restante.

#### 5-Pareceres:

5.1-Do Órgão de Controle Interno (fls. 103): a CISET/MS emitiu certificado pela irregularidade das contas.

5.2-Da Unidade Técnica (fls. 121/122): a SECEX/GO, considerando que os recursos foram integralmente aplicados no objeto do convênio, e, que não ficou configurado neste processo dano ao Erário, má-fé ou locupletamento do responsável, opinou pelo conhecimento da documentação supracitada como recurso de reconsideração, para dar-lhe provimento nos termos do art. 32 e 33 da Lei 8.443/92, por consequência tornando insubsistente o Acórdão nº 76/95 - 2ª Câmara - Ata 08/95 e que sejam as presentes contas julgadas regulares com ressalvas, dando-se quitação ao responsável Sr. Edison Soares de Assis, ex-Prefeito Municipal, com fulcro nos artigos 1º, inciso II, 18 e 23, inciso II, da mesma Lei, sem prejuízo de que seja determinado à Prefeitura Municipal de Goianira - GO, que, na execução dos convênios firmados com órgãos ou entidades da Administração Federal, atente para o prazo de apresentação da competente prestação de contas.

5.3-Do Ministério Público (fls. 124): o Ministério Público manifestou sua anuência à proposta alvitada pela Unidade Técnica, em face da demonstração documental de que os recursos do convênio foram vertidos no objeto a que se destinavam, não restando demonstrada malversação ou desvio de finalidade. É o Relatório.

#### Ementa:

Tomada de Contas Especial. Convênio. MSD. Prefeitura Municipal de Goianira GO. Recurso de reconsideração contra acórdão que julgou as contas irregulares e em débito o responsável pela omissão na Prestação de Contas. Comprovação do encaminhamento das contas anteriormente e da regular aplicação dos recursos. Provimento. Insubsistência do acórdão.

#### Data DOU:

29/08/1996

#### Parecer do Ministério Público:

Processo TC nº 349.059/94-2

Tomada de Contas Especial.

Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator

Trata-se de processo de Tomada de Contas Especial, instaurado contra o Sr. Edison Soares de Assis, ex-prefeito do Município de Goianira/GO, em virtude de omissão no dever de prestar contas dos recursos recebidos do Ministério da Saúde, mediante o Convênio nº 323/91, no valor de Cr\$ 84.608.470,00 (oitenta e quatro milhões, seiscentos e oito mil, quatrocentos e setenta cruzeiros), transferidos em 19.5.92, com o objetivo de equipar o Hospital Materno Infantil do Município.

Aprovação das contas do ex-prefeito pela Câmara Municipal, relativa ao mesmo exercício financeiro do convênio, em nada repercute na apreciação destas contas especiais. O juízo político exercido pelo Poder Legislativo local não abrange a fiscalização da gestão dos recursos da União, repassados mediante convênios.

A regularidade da aplicação desses valores deve ser comprovada junto à União, por meio de seus órgãos de controle, entre os quais pontifica o Tribunal de Contas da União.

A não complementação da contrapartida não constitui, por si só, motivo suficiente para determinar a irregularidade das contas, uma vez que esse fato não obistou a consecução do objeto perseguido, conforme demonstrado, indicando, isto sim, superdimensionamento de custos, economia na execução, ou deficiência no planejamento, entre outras possíveis causas.

O Ministério Público manifesta-se de acordo com as conclusões da instrução fls. 121/2, em face da demonstração documental de que os recursos do convênio foram vertidos no objeto a que se destinavam, não restando demonstrada malversação ou desvio de finalidade.

Página DOU:  
16690

Data da Sessão:  
15/08/1996

Voto do Ministro Relator:

Trata-se de Tomada de Contas Especial, instaurada em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos transferidos pelo Ministério da Saúde à Prefeitura Municipal de Goianira - GO.

Considerando que o responsável, ao tomar ciência do Acórdão condenatório, interpôs, tempestivamente, o presente recurso de

reconsideração, comprovando, que já houvera encaminhado a prestação de contas à Ciset/MS e que os recursos foram empregados no objeto conveniado, não restando comprovada malversação ou desvio de finalidade, acolho os pareceres oferecidos pela zelosa SECEX/GO e pela douta Procuradoria, e VOTO no sentido de que o Tribunal adote o Acórdão que ora submeto à deliberação desta Câmara.

Indexação:

Tomada de Contas Especial; Convênio; MSD; Omissão; Prestação de Contas; Recurso de Reconsideração; Alteração; Acórdão; Comprovação; Aplicação; Recurso; Encaminhamento das Contas;